

O Agravamento do Endividamento Público e as Consequências para a Economia de um Estado em Desenvolvimento: O Caso de Moçambique *

Miguel Luis José¹

Resumo: O trabalho que agora ganha corpo propõe-se a apresentar um estudo sobre as consequências do elevado nível de endividamento público para a economia de um Estado em desenvolvimento, tendo como exemplo prático o caso de Moçambique no espaço temporal de 2011 à atualidade. Procuramos ao longo deste destacar o efeito recessivo que a dívida pública pode causar ao se tornar demasiado elevada e mal gerida e os riscos que esta pode representar para estabilidade macroeconómica de países em desenvolvimento como Moçambique. Concluimos que o elevado nível de endividamento que tem caracterizado as finanças públicas do Estado Moçambicano, no período em estudo, tem influído negativamente na economia deste país. Este facto é comprovável, por exemplo, com a excessiva inflação, a desvalorização da moeda nacional, a menor capacidade de provimento de serviços públicos básicos pelo Estado, o aumento do desemprego, a redução do consumo, e do respetivo investimento privado, afetando assim o desenvolvimento do país não apenas a curto prazo como também a longo prazo.

Sumário: 1. DÍVIDA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO FINANCEIRO DO ESTADO: 1.1 Conceito de dívida pública; 1.2. Tipos de dívida pública; 2. SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MOÇAMBICANA; 2.1 Enquadramento; 2. 2 Consequências para a economia;

Introdução:

Moçambique é um país em desenvolvimento que se localiza no sudeste de África e se encontra integrado na região da África Austral². Foi colónia portuguesa, alcançou a sua independência em 1975, e viveu uma guerra civil nos primeiros dezasseis anos seguintes.

*O presente trabalho foi feito no âmbito da cadeira Economia Internacional do curso de Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano 2018/2019.

¹ Estudante do 3 ano do curso de Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Em termos económicos é conhecido por ser rico em diversificados recursos minerais³, possuir extensas terras aráveis, uma indústria crescente e uma extensa riqueza marinha que propicia a pesca e o turismo. Contudo, figura-se, segundo dados da Organização das Nações Unidas, na lista dos países menos desenvolvidos do mundo⁴.

A descoberta e o início de exploração de jazigos de recursos naturais energéticos, a implantação de megaprojetos e o franco desenvolvimento de outros sectores da economia moçambicana criaram no seio do Estado moçambicano e da comunidade internacional elevadas expectativas referentes à prosperidade desta economia, que chegou a registar uma taxa média de crescimento económico de 7% entre os anos 2011 e 2015, segundo dados do FMI e do Banco Mundial. Desde 2016 até a atualidade, o crescimento económico em causa desacelerou, situando-se em 2017 na casa do 3,7%⁵. Contaram em grande escala para este cenário vários fatores, nomeadamente a instabilidade político-militar, os níveis elevados da despesa pública, a desvalorização do Metical e os elevados níveis de endividamento do Estado.

Dos fatores elencados este trabalho desenvolve com pormenor o elevado nível de endividamento público e retira as consequências que deste advém para a economia de um estado em desenvolvimento como Moçambique.

1. DÍVIDA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO FINANCEIRO DOS ESTADOS

1.1 Conceito de dívida pública

Desde os primórdios da institucionalização das sociedades, o Estado sempre foi atribuído o papel de direcionamento da economia, quer seja através de elaboração e implementação de diretrizes com vista a garantir prosperidade económica ou através do provimento de serviços aos cidadãos, com menor papel nalguns períodos históricos que nos outros⁵. A verdade é que essa intervenção sempre requereu fundos monetários por parte do Estado, nos períodos mais remotos conseguidos através da política fiscal.

2 Para panorama geral sobre Moçambique Consultar <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>.

3 Para além de extensas e ricas reservas de ouro, ferro e pedras preciosas, o país possui reservas de recursos minerais energéticos como carvão, gás e petróleo, algumas das quais já em exploração.

4. Dados disponíveis em: <http://unohrlls.org/about-ldcs/>.

Com a emergência do Estado social no século XX e uma cada vez maior intervenção do Estado através da despesa pública, este vê-se em necessidade de aprimorar as fontes de financiamento da sua atividade. Assim vai ganhando importância crescente e autonomia, a dívida pública como um instrumento financeiro.

Segundo CATARINO, «a dívida pública é uma instituição relativamente recente das finanças contemporâneas». Isto justifica-se, para este autor, em primeiro lugar pela proibição que existia nos Estados católicos ao longo da Idade Média de se conceder empréstimos com juros e, em segundo lugar, pela forma como o pensamento liberal abordava a temática do uso do crédito pelos Estados.⁶

A necessidade de financiar as atividades do Estado social combinada com a insuficiência de receitas fiscais e a instabilidade económica causada pela emissão descontrolada de moeda trouxeram à tona o quão o Estado se mostrava carente de um novo instrumento financeiro para solucionar as lacunas orçamentais, vendo-se obrigado a quebrar o paradigma que vigorava em torno da dívida pública até esse período.

Embora só no século XX tenha ganhado maior importância, este instrumento já vem sendo estudado há muito tempo. Por exemplo, para grandes pensadores como Marx, citado por NAKATANI, o surgimento da dívida pública prende-se com o surgimento do capitalismo e do seu modelo de produção servindo como um instrumento de apoio para acumulação do capital:⁷

«A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária.»

Em termos resumidos, podemos dizer que a dívida pública consiste em operações de

5. A intervenção do Estado no Sec. XIX era reduzida, já que vigorava uma doutrina económica (Economia Clássica) que se entendia que o Estado apenas devia prover serviços que ninguém proveria como segurança. Contudo a partir da segunda metade do Sec. XX com o Estado Social passamos a ter um Estado mais interventivo, sustentado pelo Liberalismo.

6. CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Almedina, 2012, pág. 497-498.

7 NAKATANI, Paulo, *o papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5565957-O-papel-e-o-significado-da-divida-publica-na-reproducao-do-capital-1.html>.

mútuo efetuadas a favor do Estado nos mercados financeiros (nacionais ou internacionais) de forma a garantir a sua liquidez, ficando este conseqüentemente na posição de devedor e com a obrigação de reembolsar no futuro o valor mutuado acrescido de juros ⁸.

Com a permissão do endividamento dos Estados nos termos acima expostos, o Estados passaram a dispor de três meios de financiamento das suas atividades, que devem ser usados de forma combinada sob o risco de criar instabilidade económica. Referimo-nos à via fiscal, à emissão de moeda e à contração de dívida pública.

Tal como acontece com os outros instrumentos financeiros, a dívida pública é um instrumento complexo, sendo por isso decomposto em tipos, consoante diversas vicissitudes. Apresentamos no próximo subcapítulo os tipos de dívida pública.

1.2 Tipos de Dívida pública

Tendo em atenção a prática, estudiosos desta matéria têm desenvolvido várias classificações de dívida pública. Elementos como os credores da dívida, o principal devedor, o espaço temporal de vencimento, o carácter negociável ou não, dentre outros têm sido as linhas mestras que guiam estas classificações dicotómicas.

Com base na classificação feita por CATARINO, elencaremos os tipos que achamos mais importantes para este trabalho, por razões de economia e clareza, recomendado para um conhecimento mais aprofundado sobre os demais tipos a leitura do autor supracitado⁹.

A primeira classificação tem como elemento o mercado ou a localização dos credores da dívida. Assim, encontramos a dívida pública interna e a dívida pública externa. A dívida pública interna, também conhecida como doméstica, é aquela cujo empréstimo é feito no mercado nacional, isto é, os credores são os cidadãos ou as instituições financeiras que

8 CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas*, obra citada, pág. 496.

9 CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas*, obra citada, págs. 500 e ss.

tem a sua atividade económica dentro do país devedor. A dívida pública externa é aquela cujo empréstimo é feito no plano internacional, isto é, os credores são outros Estados, instituições financeiras internacionais, dentre outros agentes económicos que operam fora do país devedor.

No que concerne ao espaço temporal no qual a dívida pública deve ser exigida ou vence, temos a dívida pública fundada e a dívida pública flutuante. A dívida pública fundada é aquela cujo período de pagamento ou amortização é superior a doze meses, isto é, vai para além do ano orçamental em que é feita. Segundo Catarino, esta costuma servir para fazer face ao défice global do orçamento do Estado, ao financiamento de serviços públicos dependentes de autorização legislativa para amortização. A dívida flutuante é aquela que deve ser amortizada no mesmo ano orçamental em que é contraída, portanto o seu prazo de pagamento é inferior aos doze meses.

No que diz respeito ao carácter principal ou não do Estado como beneficiário da dívida, ou devedor principal a dívida pública pode ser principal ou acessória. É principal a dívida que tem o Estado como primeiro beneficiário e é exigível, primeiro lugar, ao Estado. É acessória a dívida que tem como beneficiário principal terceiro e o Estado garante o seu cumprimento, pagando nos casos em que o terceiro se apresentar inadimplente na sua obrigação de reembolsar. O Estado apresenta-se neste último caso como «*um devedor de segundo linha*» como diz CATARINO.⁹

Para além destes tipos, tal como acontece no plano micro, existe também a dívida pública comercial e não comercial. Sendo a comercial relacionada aos atos de comércio e sendo reputada por CASTELO BRANCO como a mais cara por estar associada ao curto tempo para sua liquidação e as elevadas taxas de juro a que fica sujeito o devedor.¹⁰

9 CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas*, obra citada, pág. 501.

10. CASTEL-BRANCO, Carlos, MASSARONGO, Fernanda, «*A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas*» in MASSARONGO, Fernanda, BRITO, Luís de Economia, *Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma coletânea de textos*, IESE, 2017. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/economia-recursos-naturais-pobreza-e-politica-em-mocambique/>.

2.SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MOÇAMBICANA

2.1 Enquadramento

A dívida pública de Moçambique tem sido cotada nos últimos tempos como uma das mais elevadas do mundo, em 2016 o seu volume atingiu o nível de insustentabilidade e nos últimos anos a trajetória da insustentabilidade da dívida, aliada ao incumprimento junto aos credores, tem crescido. Segundo dados do Governo Moçambicano de 2017, o stock total da dívida pública no final de 2017 (com exclusão da garantias) foi 661.369,8 milhões de Meticais, correspondente a cerca de 81,8% do PIB, sendo 554.470,2 milhões de Meticais de dívida externa e 106.899,6 milhões de Meticais de dívida interna¹¹. Dados apresentados recentemente pelo FMI apontam para subida da dívida pública de Moçambique, esperando-se uma percentagem de 112,9% em 2018¹².

Embora tenha só explodido em 2015, com o escândalo das dívidas ocultas contraídas pelo Governo, em 2015, sem consentimento do parlamento, a dívida pública moçambicana vem crescendo desde 2006 e 2015, tendo o seu stock quadruplicado no período 2006-2015 como aponta CASTELO BRANCO¹³.

O aumento do stock da dívida que tem se verificado nos últimos anos tem sido associado ao recurso vicioso do crédito pelo Governo para escondê-la, à elevada despesa pública Moçambicana, ao corte de financiamento ao Orçamento do Estado pelos doadores internacionais e à ineficácia da política fiscal, dentre outros aspetos.

Como foi referido, uma parte considerável do valor desta dívida foi contraída de forma ilegal e outra foi desviada. Este cenário agudizou um clima de tensão em Moçambique e descredibilizou o Estado Moçambicano na arena internacional, fazendo com que doadores como a UE, o FMI dentre outros Estados que vinham cooperando com Moçambique para o seu desenvolvimento exigissem esclarecimentos sobre o destino

11. Para ter acesso a Conta geral do Estado de 2017 de Moçambique e estar a par do relatório sobre a dívida e demais aspetos sobre a economia Moçambicana relativos exercício económico do ano 2017 visite o portal da Direção Nacional de Planificação e Orçamento: <http://www.dno.gov.mz/#nogo>.

12. Para ter acesso a perspetivas da dívida pública moçambicana e dos demais países da Africa Subsariana para 2018 e anos seguintes ler INTERNATIONAL MONETARY FUND, *Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: capital flows and the future of work*, IMF, 2018. disponível em <https://www.imf.org/en/publications/reo?sortby=Date&series=Sub-Saharan+Africa>

do dinheiro e cortassem os fundos por um período indeterminado, como forma de pressão. Uma auditoria independente foi feita pela Kroll às contas Moçambicanas em 2017 de modo a apurar o paradeiro do valor dos empréstimos desviado e ser feita a devida responsabilização, porém perante a ineficácia das instituições de justiça Moçambicanas até agora ninguém foi responsabilizado e os parceiros de desenvolvimento continuam com a pressão através do corte de fundos.

Devido a acentuada flutuação cambial da moeda moçambicana, a elevada insustentabilidade da sua dívida e a contínua incapacidade para liquidar as suas dívidas, Moçambique tem sido apontado como um dos países mais perigosos para se investir, cenário agravado pelas classificações atribuídas pelas agências financeiras internacionais que têm classificado Moçambique em default financeiro, ou nos casos mais graves em incumprimento seletivo. Isto vem tornando a economia mais cara e a dívida mais insustentável.

Vendo se perante uma situação de difícil acesso ao sistema financeiro internacional, o Estado Moçambique tem recorrido ao mercado de financiamento interno, competindo com os investidores privados e propiciando uma situação de *crowding out*¹³. Segundo uma comunicação recente do Governador do Moçambique, o endividamento interno aumentou.¹⁴

2.3 Consequências para a economia

Como foi dito no início deste trabalho, a dívida pública é um instrumento de financiamento usado por muitos Estados há muitos anos. Este instrumento pode ser gerador de um bom impacto para economia do Estado que a ele recorre assim como não, tudo depende dos moldes em que o empréstimo é feito e gerido, a estrutura e os fins da economia em causa. Dizer de forma categórica e sem ter em conta o tipo de economia em

13. Sacrifício dos níveis de consumo e investimento privado a favor da despesa pública.

14 Tendo a dívida pública interna registado no mês de Outubro de 2018 um saldo de 107.460 milhões de meticais contra os 106.899,6 milhões de Meticais de Dezembro de 2017.

causa que um elevado endividamento para os Estados é bom ou mau seria uma generalização que foge a dimensão real das coisas. Olhe-se, por exemplo, o caso do Japão e de Moçambique. Japão possui uma dívida pública maior que a de Moçambique, contudo isso não torna a economia japonesa mais instável que a Moçambicana¹⁵. Moçambique possui uma dívida pública menor que a do Japão e esse facto também não torna a economia Moçambicana menos instável que a Japonesa. É tudo uma questão de combinação de fatores.

Tal como acontece com todas as ações, no que concerne ao endividamento público do Estado existe uma cadeia de consequências que pode ser sequencial ou não. De forma geral, o endividamento público agravado de um Estado e a má aplicação do respetivo crédito propicia um conjunto de aspetos negativos para economia, colocando-a vulnerável a pressões e gerando a instabilidade das variáveis macroeconómicas.

São várias as consequências negativas que são atribuídas ao elevado endividamento público, das quais mencionamos a desvalorização da moeda, a inflação, limitação e a redução da intervenção do Estado, a redução do consumo, a redução do investimento, o aumento do desemprego e a desaceleração do crescimento económico. Estas consequências advêm na sua maior parte da não aplicação do crédito de uma forma que beneficie a economia e da má gestão da dívida pública nos processos subsequentes de endividamento.

Recorremos ao caso de Moçambique para ilustrar as afirmações feitas nos parágrafos anteriores.

Antes de mais importa referir que a par de Estados como Angola e Nigéria, Moçambique faz parte da lista do Fundo Monetário apresentada em Abril de 2014 que elenca os mais de 150 Estados classificados como economias em vias de desenvolvimento.¹⁶

Os Estados em vias de desenvolvimento são caracterizados pela baixa produção, uma

15. Japão fechou o ano 2017 com a maior dívida pública do mundo, que tem uma percentagem 237,97% em relação ao PIB.

Para mais informação consultar: <https://pt.tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp>.

16. Consultar o portal: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/pdf/text.pdf>.

dependência de produtos externos, uma elevada taxa demográfica, elevado índice de desemprego e a intervenção do Estado em sectores sociais, na sua maioria alavancada pela ajuda externa, é cada vez mais chamada à ação.

No que diz respeito, em primeiro lugar, a aplicação dos fundos resultantes dos empréstimos disseram CASTEL-BRANCO e MASSARONGO que «*A dívida pública foi largamente utilizada para apoiar o complexo mineral energético, as suas infraestruturas e sistemas de defesa e segurança, bem como para o financiamento e o envolvimento das oligarquias nacionais emergentes no controlo e exploração das riquezas energéticas e minerais do País, em conjunto com o grande capital multinacional*»¹⁷.

Elucidados por este pequeno texto de alguns dos mais bem reputados economistas Moçambicanos salta-nos à vista que o empréstimo foi aplicado nalguns setores, o que podemos concluir, em princípio, que se limitou a base produtiva do país, tornando o seu desenvolvimento dependente daqueles setores, e também foi usado para financiar questões que pouco relevam para economia de um país em desenvolvimento.

A partir de 2016 perante um cenário em que a economia via-se em pressão, decorrente das escolhas de aplicação do empréstimo feito e da necessidade de financiamento da despesa pública o Governo Moçambique viu-se na necessidade de reduzir a sua intervenção em áreas sociais, chegando a ter de fazer cortes em sectores importantes como educação, saúde, agricultura dentre outros, como as suas despesas nos anos subsequentes, como comprova o Orçamento do Estado¹⁸.

Contudo mesmo perante a redução de sua intervenção o Estado viu-se na necessidade de conduzir políticas monetárias restritivas e devido a elevada desvalorização da moeda recorreu ao endividamento doméstico perante um plano em que não consegue se financiar

17 CASTEL-BRANCO, Carlos, MASSARONGO, Fernanda, «*introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas*» in MASSARONGO, Fernanda, BRITO, Luís de Economia, *Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma coletânea de textos*, IESE, 2017. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/economia-recursos-naturais-pobreza-e-politica-em-mocambique/>.

18 Disponíveis em <http://www.dno.gov.mz/#nogo>.

nos mercados internacionais devido ao seu elevado nível de endividamento. Segundo IBRAIMO Este cenário veio criar um encarecimento do acesso ao financiamento para as pequenas e médias empresas nacionais e reduziu os recursos disponíveis na economia para financiar a atividade produtiva¹⁹. Isto gerou uma retração do investimento e consequentemente um aumento do emprego.

Com o aumento do endividamento público, Moçambique experimentou de 2014 a 2018 uma onda de flutuação fora do comum. Um dos períodos mais intensos desta crise foi o período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2016, onde o metical experimentou uma severa depreciação face as principais moedas comerciais naquele país, 1 Dólar norte americano que em janeiro de 2014 custava 30 Meticais chegou, em Outubro de 2016, a custar 75 meticais, situando-se atualmente no 69 meticais devido as intervenções do Banco Central, que tem vindo a ser anuladas devido ao crescente endividamento doméstico, resultante das práticas despesistas do Governo.

A inflação é a subida generalizada e persistente dos preços num dado espaço de tempo e numa determinada área geográfica. Esta é uma das principais consequências da desvalorização da moeda doméstica de uma economia e sem dúvida a que é mais suscetível de ser diretamente notada pela população no seu todo. Isto assim acontece devido à influência que esta tem no aumento do custo de vida dos consumidores, através da redução do poder de compra, e o seu efeito dominó sobre a procura e a oferta agregada. A elevada desvalorização do Metical, no período de Outubro de 2015 a Outubro de 2016, em relação às moedas estrangeiras, causou uma taxa de inflação 25, 53%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique e do FMI²⁰.

No que diz respeito ao Crescimento económico, o banco Mundial refere como consequência da dívida pública a desaceleração do crescimento Moçambique, que de uma taxa média anual entre 2011 e 2015 de 7% desacelerou para uma taxa crescimento, em 2017, de 3,7% ²¹.

19. IBRAIMO, Yasfir, *efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em moçambique*, IESE, 26 de Abril de 2018, Maputo. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>

20. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Índice de Preços no Consumidor MOÇAMBIQUE, OUTUBRO/2017*, INE, 2017; AISEN, Ari, *Recent Economic Developments, Program Discussions and Technical Assistance*, IMF, 2017.

Estas conclusões são também sustentadas pelos estudos do impacto da dívida pública na economia de Moçambique para o mesmo período feitos por IBRAIMO, segundo os estudos por este efetuados contração de empréstimos e a aplicação em setores não produtivos e com fraca capacidade de gerar ligações na economia fez retrair o crescimento económico de Moçambique²².

Ainda em torno da dívida Pública Moçambicana importa referir que esta tem se tornado cada vez mais uma dívida comercial, e por ser tão elevada fica associada a dificuldades de pagamento e reestruturação e gera uma armadilha em que os seus custos vão aumentando ao longo do tempo e conduzem o Governo a ter uma política cujo objetivo principal é a gestão da dívida ao invés do desenvolvimento²³.

É por razão de fatores como o deficiente sistema de monitoria e gestão das contas públicas, a fraca estrutura das suas economias, a elevada corrupção e os demais expostos ao longo deste trabalho que defendo que os Estados em via de desenvolvimento devem seguir uma política de endividamento mais cautelosa, que evite o seu agravamento e os leve a uma situação de perda da soberania económica e política por meio, nalguns casos, da hipoteca da futura exploração das riquezas que o país possui, como vem acontecendo com os recursos energéticos de Moçambique.

21. Ver perspectivas económicas do Banco Mundial para Moçambique, disponíveis em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>.

22 IBRAIMO, Yasfir, *efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em moçambique*, IESE, 26 de Abril de 2018, Maputo. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>.

23. CASTEL-BRANCO, Carlos, MASSARONGO, Fernanda, «A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas» in MASSARONGO, Fernanda, BRITO, Luís de Economia, *Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma coletânea de textos*, IESE, 2017. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/economia-recursos-naturais-pobreza-e-politica-em-mocambique/>.

Conclusão

Chegados à parte derradeira do nosso pequeno trabalho, cabe-nos em jeito de sùmula realçar as ideias centrais que foram veiculadas ao longo da análise acima feita. Num contexto em que a intervenção na economia e a prestação de serviços têm sido cada vez mais aspetos característicos das funções do Estado contemporâneo, o endividamento público tem se revelado uma das formas de financiamento que mais tem merecido atenção e uso dos Estados.

Todos os Estados têm recorrido ao endividamento para se financiar, desde os mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos. A primeira questão que nos parece verdadeira é que o endividamento, como todos os instrumentos financeiros, tem os seus aspetos positivos e negativos. Tudo depende das características do Estado que a ele recorre, da forma como é aplicado e a forma como a amortização da dívida é gerida.

No que concerne aos Estados em desenvolvimento, estes se encontram muito propensos a experimentar os aspetos negativos do endividamento, que se agudizam quando depois de muito tempo se dão conta que estão perdidos numa armadilha da dívida que exige mais endividamento para alimentar o pagamento das dívidas mais antigas e alcançam o nível de insustentabilidade da dívida.

Isto deriva de problemas estruturais deste tipo de Estados, que devido a fatores como a dependência na ajuda externa, a elevada taxa de corrupção, o baixo nível de fiscalização do Governo pelos outros poderes ou pela sociedade civil os empurram a combinar os elementos que devem ter sido em conta na gestão do endividamento com base em critérios pouco claros e de eficácia duvidosa.

O que foi dito acima pode se comprovar quando se analisa casos como o de Moçambique, por exemplo, em que o Governo foi contraindo dívidas sucessivas em nome do Estado sem aprovação do Parlamento ou dos tribunais nacionais e nalguns casos os empréstimos contraídos foram aplicados em setores que dificilmente beneficiam a economia como um todo ou foi desviado pelos gestores dos fundos públicos sem nenhuma responsabilização.

As consequências não tardaram e vieram à tona, excessiva desvalorização da moeda nacional face às internacionais, elevada inflação, redução da capacidade de provimento de serviços públicos básicos pelo Estado, elevado custo de vida, redução do consumo, redução do investimento privado, elevada taxa de desemprego, falta de credibilidade nos

mercados financeiros internacionais e uma pressão internacional sobre o Estado. A referida pressão internacional, que tem sido exercida dum lado pelos credores e doutro pelos parceiros de cooperação, que cortaram o apoio financeiro, acabaram levando o Governo a tomar atitudes desesperadas como hipotecar as receitas dos recursos naturais que serviriam para alavancar o desenvolvimento do Estado.

Cenários como este levam-nos a defender que o endividamento público por parte dos Estados em desenvolvimento é um instrumento financeiro que deve ser usado com muita cautela. Pois, mesmo nos casos em que a corrupção é reduzida, aspetos como uma base de produção que se baseia apenas no mercado de matérias primas, a pequena dimensão da economia e vários problemas sociais que caracterizam as características dos Estados em desenvolvimento dificultam a gestão da dívida pública e agudizam as consequências económicas que advém de um endividamento elevado em caso de dificuldades de amortização da dívida.

BIBLIOGRAFIA

AISEN, Ari, Recent Economic Developments, Program Discussions and Technical Assistance, IMF, 2017.

CASTEL-BRANCO, Carlos, MASSARONGO, Fernanda, «introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas» in MASSARONGO, Fernanda, BRITO, Luís de Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma coletânea de textos, IESE, 2017. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/economia-recursos-naturais-pobreza-e-politica-em-mocambique/>.

CASTEL-BRANCO, Carlos, MASSARONGO, Fernanda, «A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas» in MASSARONGO, Fernanda, BRITO, Luís de Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma coletânea de textos, IESE, 2017. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/economia-recursos-naturais-pobreza-e-politica-em-mocambique/>.

CATARINO, João Ricardo, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Almedina, 2012.

IBRAIMO, Yasfir, efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em moçambique, IESE, 26 de Abril de 2018, Maputo. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Índice de Preços no Consumidor MOÇAMBIQUE, OUTUBRO/2017, INE, 2017; Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes>.

INTERNATIONAL MONETARY FUND, Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: capital flows and the future of work, IMF, 2018. disponível em <https://www.imf.org/en/publications/reo?sortby=Date&series=Sub-Saharan+Africa>

NAKATANI, Paulo, o papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5565957-O-papel-e-o-significado-da-divida-publica-na-reproducao-do-capital-1.html>.

Páginas eletrónicas consultadas:

<http://www.dno.gov.mz/#nogo>.

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/pdf/text.pdf>.

<http://unohrlls.org/about-ldcs/>.

<https://pt.tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp>.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>.[tp://www.dno.gov.mz/](http://www.dno.gov.mz/).

<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>.